

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Contencioso Administrativo e Tributário

Programa Ano 2024/25

TA

Regência:

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

Programa

I - O Contencioso Administrativo no Divã da História

- 1- Psicopatologia da vida quotidiana do Processo Administrativo. Da “infância difícil” do Contencioso Administrativo aos modernos “traumas” do Processo Administrativo
- 2- A fase do “pecado original” do Contencioso Administrativo. O Estado Liberal e o sistema do administrador-juiz
- 3- A fase do “baptismo” do Contencioso Administrativo. O “milagre” da jurisdicionalização do Contencioso Administrativo e o advento do Estado Social
- 4- A fase da “confirmação” do Contencioso Administrativo. Tribunais administrativos e tutela jurisdicional plena e efectiva dos particulares perante a Administração no Estado Pós-Social
 - 4.1.- O primeiro período: a constitucionalização do Contencioso Administrativo. Dimensão real e simbólica da constitucionalização da Justiça Administrativa
 - 4.2.- O segundo período: a europeização do Contencioso Administrativo. O Processo Administrativo no divã da Europa
 - 4.3- Brevíssimo “diagnóstico” do Direito Administrativo no Estado Pós-Social

II - O Contencioso Administrativo no Divã da Constituição

- 1- O Contencioso Administrativo como “Direito Constitucional concretizado”. Dependência constitucional do Direito Administrativo e dependência administrativa do Direito Constitucional
- 2- A Constituição Portuguesa do Processo Administrativo
 - 2.1- O “compromisso” originário da Constituição de 1976 em matéria de contencioso administrativo e a prática constitucional até à revisão constitucional de 1982

2.2- A evolução do modelo constitucional de contencioso administrativo na revisão constitucional de 1982 e a primeira reforma do contencioso administrativo (1984/1985)

2.3- A transformação do modelo constitucional de justiça administrativa na revisão constitucional de 1989 e a “indiferença” da “realidade” constitucional

2.4- A “revolução copernicana” da Justiça Administrativa na revisão constitucional de 1997 e a “agravada” inconstitucionalidade por omissão do legislador do contencioso administrativo

2.5- O longo procedimento de “gestação” e...Finalmente, a reforma do Processo Administrativo (2002/2004)!

2.6- A “reforma da reforma” (2015). Evolução na continuidade?

3- “Relatório clínico” da reforma e “diagnóstico provisório” das perspectivas de evolução futura do processo administrativo

III “Eros e Thanatos”: Os elementos do processo

1- Todo o processo administrativo se tornou de plena jurisdição. Meios processuais e poderes do juiz no novo contencioso administrativo

2- Regras sobre os elementos do processo

2.1 - Sujeitos (de um processo de partes)

2..2 - Objecto do processo

2.2.1- Pedido

2.2.2- Causa de pedir

IV - “Ego e Id”: A Acção Administrativa

1- Da dualidade (especial/ comum) à unidade de meios processuais. Unidade real ou aparente

2- A acção administrativa e suas modalidades

2.1-Da impugnação de actos administrativos

2.1.2- Âmbito de aplicação

2.1.3- Pressupostos processuais

2.1.3.1 - O acto administrativo impugnável

2.1.3.2- Outros pressupostos processuais: legitimidade e oportunidade

2.2- Da condenação à prática de acto devido

2.2.1- Âmbito de aplicação

2.2.2 - Pressupostos processuais

2.3 - Da impugnação e da condenação à emissão de normas regulamentares

2.3.1- Âmbito de aplicação

2.3.2- Pressupostos processuais

2.4 - Do contencioso dos contratos da função administrativa

2.4.1- Pressupostos processuais no domínio contratual da função administrativa

3- O problema do contencioso da responsabilidade civil pública

3.1- “Era uma vez...” O “longo caminho” da dualidade para a unidade do contencioso da responsabilidade civil contratual das entidades públicas. Uma história interminável?

VI – “Totem e Tabu”: Os Processos Urgentes

1- Os processos urgentes

1.1- Processo eleitoral

1.2 - Processo pré-contratual

1.3 - Intimação para prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões

1.4- Intimação para protecção de direitos fundamentais

VI – “Mal-estar na Civilização”: A tutela cautelar

1 – As grandes transformações da tutela cautelar:

1.1- “Antes” e “depois” da Reforma

1.2- Os dois momentos da reforma (“antes” e “depois” de 2015)

2- Do princípio da tipicidade à “cláusula aberta” em matéria de providências cautelares

3- Providências cautelares de conteúdo negativo e positivo.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, «Manual de Processo Administrativo», 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2020.

FREITAS DO AMARAL / MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, «Grandes Linhas da Reforma do Contencioso Administrativo», 3ª. edição (reimp.), Almedina, Coimbra, 2007.

VIEIRA DE ANDRADE, «A Justiça Administrativa (Lições)», 17ª edição, Almedina, Coimbra, 2019.

WLADIMIR BRITO, «Lições de Direito Processual Administrativo», 3ª edição, Petrony, Lisboa, 2018.

SÉRVULO CORREIA, «Direito do Contencioso Administrativo», I vol., Lex, Lisboa, 2005.

ANTÓNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, «Organização Judiciária Administrativa (e Tributária)», Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

VASCO PEREIRA DA SILVA, «Direito Constitucional e Administrativo sem Fronteiras», Almedina, Coimbra, 2019.

- «O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise – Ensaio Sobre as Acções no Novo Processo Administrativo», 2ª. edição, Almedina, Coimbra, 2009.

-- «Novas e Velhas Andanças do Contencioso Administrativo – Estudos sobre a Reforma do Processo Administrativo», AAFDL, Lisboa, 2005.

-- «Temas e Problemas de Processo Administrativo – Intervenções do Curso de Pós-graduação sobre o Processo Administrativo» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2010, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

VASCO PEREIRA DA SILVA / MIGUEL ASSIS RAIMUNDO / TIAGO SERRÃO / JOSÉ DUARTE COIMBRA / DAVID PRATAS BRITO / RITA CURRO, «“Casos Clínicos” de Processo Administrativo (Caderno Prático)», AAFDL, Lisboa, 2019.

VASCO PEREIRA DA SILVA / GONÇALOMATIAS / MARIA JOANA COLAÇO / TIAGO MACIEIRINHA, «O Processo Administrativo em Ação – Caderno de Trabalhos Práticos de Contencioso Administrativo», Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009.

VASCO PEREIRA DA SILVA / INGO WOLFGANG SARLET, «Direito Público Sem Fronteiras» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>